

## **FONTES E METODOLOGIA NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: OLHARES DIVERSOS**

**HELIANE PRUDENTE NUNES e WARLÚCIA PEREIRA GUIMARÃES – UCG**  
**7 – Arquivos, centros de documentação, museus e educação**

Este trabalho apresenta as fontes e a metodologia utilizadas na pesquisa “Memória e ensino de História: a reforma do ensino de História na rede municipal de Goiânia (1983-1992)”, desenvolvida no curso de Mestrado em Educação realizado na Universidade Católica de Goiás.

Entendeu-se por reforma do ensino de História o conjunto de ações e medidas desencadeadas pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia a partir de 1983, que previam as seguintes ações: revisão dos conteúdos escolares; revisão dos materiais didáticos; acompanhamento pedagógico às escolas e dinamização do ensino da 2ª fase do 1º grau. Essas ações foram interrompidas no período entre 1986 a 1988 e posteriormente retomadas e efetivadas no período de 1989 a 1992.

A reforma em questão inseria-se no contexto da sociedade brasileira, de mudanças políticas e educacionais, em especial, de alterações no ensino de História, em vários estados brasileiros. Em um contexto de redemocratização política, a reforma educacional abarcou a luta contra os Estudos Sociais e a Educação Moral e Cívica, que vinha ocorrendo desde meados da década de 1970 e se intensificou nos anos 80, respaldada por associações científicas como a Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e por associações sindicais e estudantis. O processo desencadeado em prol da redemocratização, mediante resistências dos professores e dos setores organizados provocou revisões na legislação pertinente ao ensino de História. Com isso, iniciou-se, em várias regiões brasileiras, reformas em relação a esse ensino, caso de Minas Gerais e São Paulo também discutidas neste estudo.

A pesquisa teve como objetivo transformar a memória da reforma do ensino de História, ocorrida na rede municipal de Goiânia, em História, antes que os grupos que a guardam e mantêm viva desapareçam. Segundo Halbwachs (1990, p.84), “a memória de uma sociedade se esgota lentamente, sobre as bordas que assinalam seus limites, na medida em que seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, desapareçam ou se isolem”.

Nessa perspectiva, recorreu-se à teoria desenvolvida por Halbwachs, em 1925, intitulada Memória Coletiva. De acordo com essa teoria é a história vivida que dá suporte à memória, e que história é “tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros,

e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto” (HALWBACHS, 1990, p.60).

O trabalho apoiou-se na premissa de que a reforma do ensino de História ainda persistia na memória de pessoas que vivenciaram essa reforma, da mesma forma que se mantinha na memória de sua autora, professora de História da rede municipal, que acompanhou o processo de reforma e presenciou, indiretamente, as expectativas em torno da constituição de um ensino de História regional, no período de 1983 a 1992.

Assim, sob a luz teórica de Halbwachs (1990), acredita-se que há uma relação entre memórias no processo de reconstrução da lembrança da reforma do ensino de História, em questão. Segundo Halbwachs é necessário que

[...] esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuarem a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1990, p.34)

Nessa perspectiva, a memória coletiva evidenciou-se como um elemento teórico capaz de apreender, ao mesmo tempo, a lembrança como reconhecida e reconstruída, apresentando como características

[...] uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição ela não ultrapassa os limites deste grupo [...] não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança (HALBWACHS, 1990, p.81 e 86).

Depreende-se das características da memória coletiva que esta tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Assim, para falar em memória “é necessário que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciadas segundo um critério”, pois, “cada um desses grupos tem uma história. Neles distinguimos imagens e semelhanças” (HALBWACHS 1990, p.87).

Foi definido como limite de tempo a reforma do ensino de História na rede municipal de Goiânia ocorrida de 1983 a 1992, e de espaço, os membros dos grupos que participaram desta reforma. Nesse sentido, foram constituídos cinco grupos de estudo, analisando que as pessoas selecionadas possuíam memórias semelhantes que as

configuravam como grupo, não significando, porém, memória única, uma vez que esta é, ao mesmo tempo, plural e individual, considerando, ainda, a inexistência da memória universal, ou seja, da impossibilidade de concentrar em um único quadro a totalidade dos acontecimentos passados.

Pretendeu-se, por meio da memória coletiva: a) analisar como, no período da reforma do ensino de História, os sujeitos deram voz e vez à identidade regional desse ensino; b) identificar e analisar como se constituíram os jogos de poder no momento da reforma, quem foi excluído ou incluído desse processo e que concepções teóricas subsidiaram a construção do currículo de História no município de Goiânia no período em estudo.

Buscou-se superar os pontos obscuros e ampliar os horizontes em relação ao ensino de História, pois “há em cada época uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares donde vive” (HALBWACHS, 1990, p.61). Nessa perspectiva, objetivou-se por meio das lembranças reconstruir o passado com a ajuda de dados emprestados do presente.

A pesquisa possui características que a qualificam como *história do tempo presente*, pois, a investigação traz como elemento de interação, entre pesquisador e testemunhas, a vida contemporânea, intermediada pela memória dos docentes que possibilita, nesse sentido, a união entre passado e presente. Como diz Chartier (1996, p.216), “o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”, como a vida presente, as lembranças e as experiências.

Um dos objetivos específicos do trabalho consistia em ouvir as memórias dos grupos na perspectiva de analisar a constituição da identidade regional do ensino de História na rede municipal de ensino de Goiânia, no período da reforma educacional, isto é de 1983 a 1992.

História Regional efetiva-se no momento em que se busca “resgatar a dinâmica da prática social dos homens a partir da análise das condições históricas objetivas num espaço delimitado... [uma vez que] ...o estudo histórico de uma região implica a análise de uma singularidade na totalidade” (PESAVENTO, 1990, p.69). Com base nesse pressuposto, questionou-se: A reforma do ensino de História goianiense adquiriu contornos próprios? Em Goiânia, foi elaborada uma proposta regional para o ensino de História?

Dessa forma, levando em consideração a perspectiva de apreender o objeto de investigação em sua historicidade, recorreu-se à fonte oral como forma de constituí-lo e analisá-lo. Segundo Garrido (1993),

O uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizadas ou pouco representadas nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção de discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora (GARRIDO, 1993, p. 36).

A produção da fonte oral teve por base o recolhimento, ordenamento e a sistematização de entrevistas e depoimentos, buscando analisar, interpretar e situar historicamente as informações colhidas.

Segundo Halbwachs (1990), para que um depoimento se transforme em lembrança, é necessário que ocorra uma interação dos membros do grupo.

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer, todavia, que a lembrança que uma de suas partes devesse substituir tal e qual em nós, mas somente que, o momento em que nós as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também, é preciso que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmos fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros (HALBWACHS, 1990, p. 29).

A análise crítica das fontes orais foi realizada por meio do estabelecimento de uma relação dialética entre essas e a fonte escrita (GARRIDO, 1993, p. 39).

Dessa forma, utilizou-se tanto a memória escrita registrada em documentos, quanto a memória viva dos depoentes. Segundo Joutard (apud GARRIDO, 1993, p.38), “sem fontes orais escritas que permitam estabelecer a distancia entre o dito e o não dito, ou o que foi dito de forma diferente, não há verdadeira história oral”.

Nesse sentido, a análise dos documentos escritos constituiu outro importante recurso para o desenvolvimento da pesquisa. Foram analisadas as proposta educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia no período de 1983/86 e 1989/1992 e o Currículo de História (GOIÂNIA, 1992). A esses documentos acrescentaram-se outros elaborados pela SME no período de 1983 a 1992.

As informações foram coletadas mediante entrevistas realizadas com os cinco grupos, a saber: grupo I, equipe de Estudos Sociais e História – professores da área de Ciências Humanas, grupo II, professores de História de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental; grupo III, assessoras – docentes universitárias da UFG e UCG; grupo IV, coordenadoras do Núcleo de Orientação e Supervisão da SME e, grupo V, docente de História – professora do Departamento de História da UFG.

O primeiro grupo foi constituído por professores da área de Ciências Humanas que, à época, 1983 a 1992, prestaram serviço na sede da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, como apoio pedagógico na Equipe de Estudos Sociais e História. Estima-se que onze pessoas tenham passado por essa equipe. Assim, tomou-se como critério de seleção dos membros da equipe de Estudos Sociais e História a permanência na carreira docente e a constância na equipe. Considerando-se os critérios estabelecidos, foram selecionados cinco professores: José Antunes Marques, Sílvia Helena Siqueira, Ângela C. Belém Mascarenhas, Miriam Bianca Amaral Ribeiro e Eduardo Oliveira de Souza.

O segundo grupo foi formado por professores de História de 5ª a 8ª séries, que participaram do processo de construção do Currículo de História. Os critérios para a escolha desse grupo foram os seguintes: a) mínimo de 20 anos de atuação na rede municipal e b) permanência, total ou na maior parte do tempo, em efetivo trabalho em sala de aula. Dentre os que atendiam aos critérios, foram entrevistados cinco professores que ingressaram na rede municipal entre os anos de 1980 a 1982: Agamenon Alves Pamplona, João Damásio Pereira, Maria de Fátima Viana Cortês, Maria Lima da Silva e Souza e Zany Maria de Jesus Souza. O primeiro deles possui graduação em Ciências Sociais e os demais em História.

As assessoras ligadas à Secretaria Municipal de Educação no período de 1983/1986 formaram o terceiro grupo. Mesmo não fazendo parte da equipe de Estudos Sociais e História, participaram diretamente das discussões e decisões em relação à definição de propostas e encaminhamentos quanto à política educacional empreendida pela SME naquele período. Nesse sentido, seus testemunhos constituem um componente importante para a elucidação dos fatos e acontecimentos. Esse grupo foi composto pelas professoras: Marília Gouvea de Miranda (UCG/UFG), Elianda Tiballi (UCG), Dalva Borges (UFG) e Maria Esperança F. Carneiro (UCG).

O período compreendido entre os anos de 1989/92, constitui outro importante marco para a educação municipal, pois nele a reforma do ensino de História foi concluída, com a edição do Currículo de História. Nesse sentido, fez-se necessário ouvir as

coordenadoras do Núcleo de Orientação e Supervisão da Secretaria Municipal de Educação, que estavam ligadas diretamente ao trabalho das equipes de Estudos Sociais e História: Maia Sílvia de Freitas e Antônia Eterna Lemes, que constituíram o quarto grupo.

A pesquisa contou também com o depoimento da professora Ledonias Franco Garcia, docente aposentada do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), que à época, em determinados momentos, esteve presente no trabalho da reforma desencadeado na rede, participando em eventos, discutindo sugestões, produzindo e divulgando material didático para o ensino de História.

Adotou-se como um dos procedimentos para a coleta das informações entrevistas semi-estruturadas. Os roteiros das entrevistas continham questões comuns a todos os grupos e específicas a cada grupo.

Realizadas as entrevistas, passou-se à sistematização e organização das informações, agora não mais segundo a lógica dos grupos, mas sim, de acordo com o levantamento de temas e subtemas. Dessa forma, inicialmente fragmentadas, as entrevistas foram, reorganizadas na perspectiva da memória coletiva, pois “a unidade explicativa não será o testemunho individual exclusivamente, mas o testemunho coletivo organizado pelo historiador” (GARRIDO, 1993, p. 45).

Apoiando-se na posição apresentada por Garrido (1993), quanto à forma de trabalhar com mais de uma fonte, na perspectiva da relação dialética entre elas, foram utilizados documentos escritos e história oral. Contudo, deu-se relevância singular à fonte oral, por oferecer novos elementos que possibilitaram a análise da reforma do ensino de História e a elucidação das questões da pesquisa. Segundo Garrido (1993, p. 40) “os dois registros [oral e escrito] produzem informações distintas, estando sua relevância na dependência, em última instância, de sua articulação no interior de uma teoria e do lugar que ocupe nesta”.

Após compartilhar da memória dos depoentes, confrontando as fontes orais com documentos escritos, foi possível tecer algumas considerações a respeito do processo de reforma do ensino de História na Rede Municipal de Ensino de Goiânia ocorrida no período estudado.

Os depoimentos e lembranças recolhidos demonstraram que cada grupo e/ou indivíduo vivenciaram de maneiras diferentes a reforma em questão, ao longo dos nove anos, uma vez que seus tempos e espaços foram diferenciados. No entanto, as histórias se entrecruzam. A percepção de pontos de confluência, pelo compartilhamento da memória

dos depoentes, permitiu analisar o processo da reforma do ensino de História, na busca de sua compreensão.

Entendeu-se que o grupo de assessoras que idealizou um projeto alternativo para a SME, nos anos de 1983 a 1986, o fez respaldado, mesmo que de forma indireta, pela academia, uma vez que muitas das discussões e ações realizadas já vinham sendo discutidas em diferentes instâncias educacionais e por associações científicas, sindicais e estudantis. Desta forma, avaliou-se que a reforma buscou incluir as reivindicações e as insatisfações educacionais da sociedade goiense.

Em se tratando da equipe de Estudos Sociais e História, esta adotou, após o período inicial (1983 a 1986), como estratégia de pressão e de permanência na sede da SME, mesmo com a alternância de seus membros, a busca do apoio dos professores da rede municipal, a afinidade epistemológica de seus membros a uma vertente marxista, o rigor teórico e a autonomia em relação às gestões posteriores. Essa posição exigiu da equipe habilidade de negociação e organização nos momentos de conflito, para evitarem o enfretamento direto com as gestões seguintes e conseguirem dar continuidade à proposta de reforma do ensino de História.

O apoio dos professores municipais à equipe de Estudos Sociais e História se fez presente no decorrer da reforma. Os professores reconheciam o apoio técnico-metodológico oferecido pela equipe e, por sua vez, a equipe contava com o apoio deles para se manter na sede da SME, em especial no Setor de Ensino.

Observou-se, contudo, que essa confluência de interesses não ultrapassou os limites técnicos metodológicos, pois, na construção da proposta para o ensino de História os professores foram excluídos, uma vez que, segundo os mesmos, essa já chegava praticamente pronta aos encontros e cursos.

Pela análise do documento Currículo de História, fica evidente a opção pela concepção teórica marxista, fundamentada no materialismo histórico dialético, com acentuada presença da teoria de Gramsci, o que a distingue das propostas de São Paulo e Minas Gerais, uma vez que a primeira opta pelo revisionismo marxista inglês fundamentado na vertente sociocultural, enquanto a segunda mantém-se dentro dos quadros do marxismo ortodoxo.

Percebe-se, também, a idéia de que uma proposta regional possibilitaria a constituição de uma identidade própria para o ensino de História. Nesse sentido, o conceito de região desenvolvido pela Geografia Crítica foi uma das matrizes sobre a qual se assentou a reforma. Pelo estudo desenvolvido pode-se considerar que a reforma do ensino

de História goianiense adquiriu contornos próprios, porém, não fortes o suficiente para que se constituíssem em uma proposta singular. Manteve semelhanças com a proposta mineira, tais como a periodização dos conteúdos a partir dos modos de produção e a inserção da História regional e do Brasil nesse âmbito.

Conclui-se que a construção do Currículo de História na Rede Municipal de Ensino de Goiânia fez parte de um contexto nacional e mesmo internacional, representando aspirações e angústias de pessoas que viviam e concebiam aquele momento de determinada forma, que, às vezes, para o presente não tem relevância, porém não cabe tecer juízos de valor, mas compreender, na tentativa de chegar à essência, procurando analisá-la, como um fenômeno próprio de uma época.

#### Bibliografia

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. cap. 4, p.215-218.

GARRIDO, Joan Del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, nº25/26, p.33-65.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História regional e transformação social. In: Marcos Antônio da Silva (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.67-79.

#### Documentos

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. *Currículo de História*. Goiânia 1992. mimeo.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. *A Educação no município de Goiânia: considerações sobre um programa para 1986/89*. Goiânia 1985. mimeo.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. *Relatório Anual de Atividades*. Goiânia 1992. mimeo.

#### Fonte oral

Agamenon Alves Pamplona

Ângela C. Belém Mascarenhas

Antônia Eterna Lemes

Dalva Borges

Eduardo Oliveira de Souza

Elianda Tiballi

João Damásio Pereira

José Antunes Marques

Ledonias Franco Garcia

Maia Sílvia de Freitas

Maria de Fátima Viana Cortês  
Maria Esperança F. Carneiro  
Maria Lima da Silva e Souza  
Marília Gouvea de Miranda  
Miriam Bianca Amaral Ribeiro  
Sílvia Helena Siqueira  
Zany Maria de Jesus Souza